

DOIS MOVIMENTOS INTEGRALISTAS EM PORTUGAL E NO BRASIL

por ALEŠ TENORIO LUNA VRBATA
(Universidade de Hradec Králové)

A revolução francesa marcou a extinção d'*ancien régime* não somente na França mas também em outros países da Europa e da América. O impulso revolucionário fornecido pelos meios filosóficos do Iluminismo é bem conhecido. Mas a revolução inspirada pela monarquia constitucional inglesa e revolução americana não foi resultado de ideias estrangeiras. A especificidade da revolução francesa foram as ambições universalistas típicas da filosofia continental da época. Esse Universalismo filosófico encontrou a sua melhor expressão no texto de aspirações universalistas *Déclaration des droit de l'homme et du citoyen*, que se tornou no ponto de partida das outras constituições francesas, e não só delas. A política d'*ancien régime* desocupou vagarosamente as suas posições, mas aos poucos as massas tomavam o espaço até então ocupado pela nobreza e pelo alto clero. Santificado pela filosofia do Iluminismo e pela tríade revolucionária "*égalité, liberté, fraternité*" esse processo determinou o percurso do século XIX, e nem intelectuais conservadores nem autoridades eclesiásticas conseguiram invertê-lo. Até que a crise dos regimes liberais parlamentares no final do século XIX e no início do século XX forneceu apoio a essa antiga direita contra-revolucionária. Na Europa daquela época podemos observar algumas correntes políticas novas cujas origens não tinham nada a ver com o *ancien régime*: nacionalismo e antisemitismo. Nacionalismo, esse fenómeno inicialmente esquerdista da época do romantismo, tornou-se corrente política de direita com ênfase nos mitos e raízes nacionais, chão materno, tradições e religião, e começou a dirigir-se à velha nobreza e igreja. Isso acontecia tendo como pano de fundo as catástrofes nacionais que ameaçavam a identidade nacional: por exemplo, no caso espanhol, se tratava da derrota indigna pelos EUA e da perda dos domínios transatlânticos no ano de 1898, em Portugal uma crise igual era provocada pelo *Ultimato* britânico de 1890, que definitivamente enterrou o projeto colonial do "*Mapa Cor-de-Rosa*", e na França a crise nacional foi resultado da derrota de Sedan em 1870, seguida de *l’Affaire Dreyfus* (desde 1894). Estes eventos engendraram a reavaliação do projeto revolucionário cujo traço essencial era o universalismo filosófico herdado do Iluminismo. Os movimentos criados pelas novas gerações no final do século XIX abandonaram este universalismo – eram voltados para o passado, inspiravam-se nas ideias de contra-revolução, queriam despertar o passado nacional grande e glorioso.

Nesse contexto o pensador inglês George L. Mosse¹ fala de um *New Romanticism* na Alemanha como uma corrente intelectual e espiritual que se formou como consequência (e compensação espiritual) das guerras napoleónicas no território alemão. Os pensadores do novo romantismo compartilham uma característica – queriam evitar as necessidades da sociedade moderna e o industrialismo, exigiam o regresso às estruturas da sociedade medieval, rejeitavam os estrangeiros e as influências do exterior, tal como as cidades e o *life style* urbano. Mesmo que a Alemanha de Bismarck tenha sido modelo para os nacionalistas italianos ou franceses daquela época, os próprios Alemães não conseguiram conformar-se bem com a realidade da unificação – consideravam-na meramente técnica, política, acto puramente pragmático do chanceler Bismarck, acto que os afastava dos próprios valores nacionais, da vida tradicional rural, da essência de “*ser alemão*”. No entender desses movimentos nacionalistas (que mais tarde forneceram o ideário do regime nazista) o estado alemão teria que ser expressão do *volk* mítico. Só assim a nação poderia viver a sua essência autêntica. Segundo Mosse, os Alemães já pouco tempo depois de 1870 passavam pelo difícil período que fomentou a questão da identidade nacional². Propriamente dito, era o aspecto romântico do pensamento alemão do século XIX que – segundo Mosse – seria uma das fontes intelectuais mais importantes do nazismo alemão e do *III Reich*: não as ideias da revolução francesa, não o industrialismo e progresso, muito pelo contrário. Esse fenómeno é muito marcante, e não ligado só com a antiga nobreza como em outros países – nomeadamente na França, Espanha ou em Portugal. Ao contrário da Alemanha, aqui o papel crucial era desempenhado não apenas pela intelectualidade, poetas, escritores, mas também pela nobreza, que no espírito daquela época estava disposta a entrar na esfera da política das massas.

Esse artigo justapõe o movimento tradicionalista português *Integralismo Lusitano* (adiante, IL) e o movimento brasileiro *Ação Integralista Brasileira* (a seguir, A.I.B.). Como movimentos ideologicamente próximos, ambos se referiam à mesma designação – integralismo. O desenvolvimento dos dois países era até certo ponto diferente – em particular a sua direcção era diferente – enquanto a luta do *Integralismo Lusitano* era pelo renascimento da identidade nacional, pelas tradições e pela restauração monárquica, representava a luta pelo regresso às velhas tradições medievais de Portugal, no caso da A.I.B. se tratava de uma luta pelo “descobrimento” ou “formação” da identidade nacional no sentido como o compreenderam já os *modernistas* da *Semana da Arte Moderna* em 1922, e como já tinha sido indicado pelas obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres ou Oliveira Vianna. Também a visão deles era voltada para o passado, mas é questionável até que ponto as suas inspirações eram “brasileiras”: – o catolicis-

¹ George L. Mosse, *The Crisis of German Ideology, Intellectual origins of the Third Reich*, New York, Howard Fertig, 1981.

² Um dos muitos intelectuais que tentou definir “ser alemão” era também autor da expressão “Drittes Reich” (III Reich) Arthur Moeller Van den Bruck na obra *Die Deutschen* (8 vols., 1904–1910).

mo professado pelos integralistas era um factor sem dúvida europeu, introduzido no território brasileiro pelos Portugueses, – na questão racial os próprios integralistas não chegavam a acordo do que é “*raça brasileira*”, – ao contrário dos integralistas lusos, os integralistas brasileiros não se esforçaram pela restauração monárquica – as ideias corporativistas eram de origem europeia (o integralismo brasileiro as compartilhava tanto com os homólogos portugueses quanto com os fascistas europeus) aliás como a sua ideologia, na qual o espírito desempenhou um papel preferencial em relação à corporalidade, à ideia do *Chefe Nacional*, disciplina e organização rígida, etc. O integralismo brasileiro era – em muitos aspectos, tanto teoricamente como na prática – parecido com as ligas/partidos fascistas europeias: os integralistas portugueses não vestiram fardas, não pretendiam ganhar as massas nem organizavam marchas de massas, não despertaram choques e além disso o resultado que visaram foi o monarquismo tradicional e restauração da ordem monárquica, o que não se pode dizer sobre os integralistas brasileiros (conquanto eles também colaboravam com os monarquistas). Mas nem o movimento integralista brasileiro pode ser simplesmente denominado como “fascista” – ainda que encontremos muitos aspectos parecidos com os “*cesarismos ateus*” europeus (culto do chefe nacional com autoridade absoluta em todo território nacional, militarismo, partido único organizado de maneira hierárquica e disciplinada) a ideologia integralista contém muitos aspectos parecidos com aquela dos integralistas lusos – o principal destes aspectos era o catolicismo! Em Portugal Maurras evocava simpatias – também – pelo seu catolicismo (embora os que estudavam a sua obra, acção e vida teriam que saber que Maurras era agnóstico e não católico, e que o “catolicismo” só fazia parte da sua estratégia política), na verdade esse catolicismo ficou debaixo do princípio “*politique d’abord*” que Maurras compartilhava com Salazar. Os dois eram pragmáticos e usavam o catolicismo/igreja católica para os seus objetivos políticos. Não podemos dizer, se foi assim também no caso do IL, mas a “*politique d’abord*” foi muito criticada pelos integralistas brasileiros – nomeadamente pelo próprio Plínio Salgado³. O catolicismo, a ideia do *Quinto império*, o sebastianismo, um certo misticismo – esses foram pontos em comum entre o Integralismo Lusitano e a A.I.B. O próprio Salgado recebeu influências positivistas, mas a morte da sua mulher instigou nele estudos do catolicismo e nomeadamente do Bergson brasileiro – Farias Brito. É provavelmente aqui que se situam as origens do aspecto religioso da A.I.B.

Ainda que existam várias obras que tratam do nosso tópico (tanto em Portugal como no Brasil), normalmente tratam do caso português e brasileiro separadamente e geralmente não renunciam a procurar conexões. É também caso das obras portuguesas bem sucedidas e inovadoras – João Medina⁴, Antonio Costa

³ Plínio Salgado, capítulo “Christ d’abord”, in: *Obras Completas de Plínio Salgado*, São Paulo 1944, p. 149.

⁴ P. ex. João Medina, *O Congresso fascista em Montreux (1934)*, Lisboa 1979, pp. 187–193; *O Fascismo em Portugal* (Actas de Colóquio, realizado na Faculdade de Letras em Março 1980), Lisboa 1982; João Medina, *Salazar em França*, Lisboa 1977.

Pinto⁵, Manuel Braga da Cruz, João Bernardo, Jacinto Ferreira ou brasileiras – Jarbas Medeiros, Gilberto Vasconcelos, Héglio Trindade⁶, Rosa Maria Feiteiro Cavalari⁷. De certa forma é a historiadora portuguesa Heloísa Paulo que está mais próxima da nossa questão. Mas a autora de *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*⁸ se dedica ao integralismo só como fonte de inspiração ideológica dos dois regimes *Estado Novo*. Aqui ela se dedica nomeadamente à análise dos *orgãos de propaganda* (D.I.P. e S.P.N./S.N.I.), arte, cultura, culto da personalidade de Getúlio Vargas e depois da colaboração mutual dos dois órgãos de propaganda. Ela toca nas influências mutuais ideológicas só de modo marginal quando relata o contexto político e ideológico do *Estado Novo*. Por outro lado foi Gilberto Vasconcelos⁹ que apresentou uma análise do discurso integralista no Brasil, mas omitiu a conexão com o seu homólogo português. Do outro lado do Atlântico foi também Jarbas Medeiros, cuja atenção se concentrou nomeadamente nos ideólogos principais da resolução autoritária no Brasil: Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Plínio Salgado, Miguel Reale ou Gustavo Barroso. Tanto Vargas como Oliveira Salazar aproveitaram muito dos discursos integralistas e a doutrina oficial dos dois *Estados Novos*, e inclusive a palavra de ordem oficial *Deus, Pátria, Família é d'inspiration integraliste*. Com certeza há também trabalhos estrangeiros de autores como Stewart Lloyd-Jones, Richard Griffith ou Tom Gallagher¹⁰ os quais nos ajudam a esclarecer o contexto da história das ideias sobretudo em Portugal como país europeu. Todos eles comprovam que o europeísmo do integralismo lusitano consiste num ideário que esse divide com a *l'Action française* (a seguir AF), organização/liga monarquista francesa. Neste aspecto o capítulo denominado *Les Amis Étrangers* da obra clássica *L'Action française*¹¹ do historiador americano Eugen Weber é nomeadamente importante. Nele o autor descreve a influência ideológica do movimento neo-monarquista francês e em vários movimentos semelhantes nos outros países – em particular países europeus *d'expression francophone*. Weber indicou uma influência profunda d'*Action française* nos movimentos nacionalistas e autonomistas no Quêbec, México ou Brasil, mas no fundo limitou-se somente à Europa. Se quizessemos procurar conexões ideológicas entre os

⁵ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914–1945*, Lisboa 1994.

⁶ Héglio Trindade, *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988; Héglio Trindade, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, São Paulo 1974.

⁷ Rosa Maria Feiteiro Cavalari, *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932–1937)*, EDUSC, São Paulo 1999.

⁸ Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, O SPN/SNI e o DIP, Coimbra 1994.

⁹ Gilberto Vasconcelos, *A Ideologia Curupira, Análise do Discurso Integralista*, Editora Brasiliense, São Paulo 1979.

¹⁰ Richard Griffiths, “Fascist or Conservative? Portugal, Spain and the French Connection”, *Portuguese Studies*, vol. 14, 1998, pp. 139–151; Stewart Lloyd-Jones, “Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles”, in: *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, November 2001; Tom Gallagher, “Conservatism, dictatorship and fascism in Portugal, 1914–45”, in: Martin Blinkhorn (ed.), *Fascists and Conservatives*, London 1990.

¹¹ Eugen Weber, *L'Action française*, Paris 1985, pp. 525–547.

movimentos de direita em França, Portugal e Brasil na virada do século XIX e XX, não é possível evitar – além das obras dos historiadores franceses – a leitura do historiador israelita Zeev Sternhell¹². É justamente ele que pode ser considerado o autor que resolveu a velha tese de René Rémond sobre a *nature importante du fascisme française*, e em varias de suas obras tentou mostrar as raízes profundas das doutrinas fascistas domiciliarias. A alta recepção da obra de Sternhell em França fica também provada pelas várias edições dos seus livros em língua gaulesa, e encontramos nas obras dos franceses referências a este historiador israelita – por exemplo em *L'Europe en Chemises Noires*¹³ de Marc Ferro. E aí, explicando origens e princípios do fascismo em França, Ferro não pode evitar descer até à direita legitimista contra-revolucionária e não introduzir nomes como Rivarol, Barruel, Mallet du Pan, Bonald ou Maistre. Eram eles que o maurrassismo seguía no seu aspecto tradicional, mas ao mesmo tempo absorveu o positivismo modernista, nacionalismo direitista,¹⁴ e aos poucos abandonou também o seu estilo original – isso é o estilo elitista do clube aristocrático – para poder a partir de 1908 começar a voltar-se para as massas. Se a historiografia contemporânea ou a teoria das ideias políticas não reflete muito a conexão ideológica luso-brasileira do integralismo, a situação é melhor em relação à produção historiográfica luso-francesa. Possivelmente também porque existe uma certa tradição de influências mútuas – a descrição de Paris como “*laboratoire idéologique et théorique*” de Sternhell podemos aplicar também aos exilados ou estudantes portugueses. Eram duas principais correntes de oposição que encontravam certa inspiração em Paris, e cujas actividades ficaram mais fortes depois do *Ultimato* e que culminou com o 5 de Outubro de 1910: republicanismo e socialismo. A influência crescente de ambas as correntes ideológicas estava ligada com a crise política, económica e social em Portugal e a simultaneidade delas contribuiu com destaque para a queda da monarquia liberal. Se voltarmos o nosso olhar para a direita portuguesa, podemos ver a criação da “nova” direita¹⁵. Essa, dis-

¹² Zeev Sternhell, *Maurice Barrès et le nationalisme français: La France, entre nationalisme et fascisme*, Presses de Sciences Po, Paris 2000; Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire*, Gallimard, Folio Histoire, Paris 1998; Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche*, Complexe Éditions, Historiques, Paris 2000; Zeev Sternhell – Mario Sznajder – Maia Asheri, *Naissance de l'idéologie fasciste*, Gallimard, Paris 1994.

¹³ O livro não se dedica ao fenómeno da extrema direita europeia depois de 1945, mas Pierre Milza não pode ignorar fenómeno do fascismo, da sua origem e das suas raízes ideológicas. Pierre Milza, *L'Europe en Chemises Noires*, Paris 2002. Também Michel Winock (org.), *Histoire de l'extrême droite en France*, Éd. Seuil, Paris 1993.

¹⁴ Nacionalismo era tradicionalmente uma ideologia da esquerda que na verdade não fazia diferença entre nação e humanidade (Robert Soucy) e que tinha suas conotações românticas, subjectivistas e irracionalistas mas durante maior parte do Século XIX não fazia parte do repertório da direita. Isso deu-se já no último quarto do Século XIX.

¹⁵ O Integralismo (inspirado por Maurras e l'Action française, pelo tradicionalismo legitimista português etc.) não era a única expressão do pensamento nacionalista. Ao lado dela formava-se uma corrente do nacionalismo republicano (que alcançou o seu topo sob Sidónio Pais e durante a segunda República (1918–26). Parte dessa corrente faziam por exemplo Ricardo Severo, Mayer Garção, João de Barros, Severo Portela, revista *Terra Portuguesa*, Cunha Leal, Brito Camacho, Filomeno da Câmara, Fidelino de Figueiredo) e o catolicismo nacionalista (inspirado nomeadamente pelas encíclicas do papa Leão XIII) cuja expressão se tornou em 1903 Partido Nacionalista, que se desfez

punha de laços “parisienses” com os integralistas. Mas a ligação ideária com a França tinha uma longa duração. Essa era mantida pelos herdeiros do integralismo – sindicalistas nacionais (dirigidos por Rolão Preto, alargavam a ligação ao fascismo italiano e sindicalismo nacional espanhol) e afinal de contas também Oliveira Salazar e o chefe de SNP e SNI António Ferro. Seu ofício dedicou-se à publicação e distribuição das obras de propaganda do *Estado Novo* em França e ao invés – colaborava com os autores franceses (frequentemente provenientes de direita maurrassiana), cujos livros eles mesmos ajudavam ao estreitar relações entre *Estado Novo* e a direita francesa. Esta salazarofilia em França era descrita por João Medina no seu livro *Salazar em França*¹⁶. A sua expressão está em nomes como Henri Massis, Ploncard d’Assac (“*vulgarizador oficial do salazarismo em língua gaulesa*”) ou outros membros d’*Action française* (Jacques Bainville), aderentes ao integrismo católico, colaboracionismo ou ao neofascismo do pós-guerra como Léon Ponceins, Gonzagne de Reynold, Emile Schreiber, Charles Chesneslong, Paul Sérant, Pierre Gaxotte, Gustave Thibon ou Pierre Debrouy. A essa lista da salazarofilia francesa pertence também a obra de Christine Garnier *Vacances avec Salazar* do ano de 1952, publicada ainda no mesmo ano em Portugal com o título *Férias com Salazar*. Nem esqueçamos dos contactos mútuos entre Salazar e Maurras¹⁷ e o facto de que nem depois da morte de Maurras no ano 1953 a salazarofilia francesa acabou¹⁸.

O maurrassismo como ideologia nasceu durante as primeiras décadas do século XX. Na primavera de 1900 Maurras publicou *Enquête sur la monarchie* e assim se identificou com a causa real. Assim a direcção foi definida. E nas outras obras Maurras a confirmou. Até 1901/1902 todos os membros d’*Action française* tornaram-se monarquistas, no ano 1906 l’*Action française* fez uma coisa que até aquele momento nenhum movimento fez – fundou *L’Institut d’Action française*.¹⁹ Esse instituto era uma das instituições, que a AF conseguiu estabelecer ainda antes do ano de 1914 (além de *Camelots du Roi* e *Nouvelle Librairie Nationale*). Já em Abril de 1908 o maurrassismo resolveu fazer política dirigida às massas – membros d’*Action française* fundaram o *Journal d’Action française* e ao mesmo tempo foi criada a organização paramilitar da AF – *Les Camelots du Roi*, no ano 1910 eram publicadas obras doutrinárias de Maurras – *Si le coup de force est possible* e provavelmente o seu livro mais conhecido *Kiel et Tanger*. Já antes da Grande Guerra l’*Action française* tornou-se “*grand centre didactique de la droite, l’école de laquelle émanèrent quantité d’hérésies plus radicales, tenant*

depois da proclamação da República, mas que nos anos 1917–1918 renovou-se; os exponentes principais desta corrente eram Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar. Manuel Braga da Cruz, *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa 1999, capítulo 1 – “A Crise Finisecular e a Formulação de Projetos de Transformação da Sociedade Portuguesa”, pp. 13–31; Fernando Catroga – Paulo Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa 1996.

¹⁶ João Medina, *Salazar em França*, ed. Ática, Lisboa 1976.

¹⁷ João Bernardo, *Labirintos do Fascismo*, Edições Afrontamento, Porto 2003.

¹⁸ *Ibid.* Ver também Henry Rousso, *The Vichy Syndrome, History and Memory in France since 1944*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1991.

¹⁹ Eugen Weber, *L’Action française*, Paris 1985, p. 56.

lieu de référence et faisant autorité également pour une masse conservatrice à laquelle il manquait une doctrine".²⁰ Sobre as influências directas d'*Action française* nas elites brasileiras intelectuais não existem obras nem francesas nem brasileiras e até agora fica omitido tanto pelos brasileiros como franceses, apesar do facto que varios prestigiados intelectuais brasileiros terem entrado em contacto com a direita maurrassiana. Era exemplo Gilberto Freyre, que durante a sua viagem europeia visitou meios neo-realistas e até se inspirou pelo regionalismo de Maurras. Até Plínio Salgado ou Gustavo Barroso se referiam a *l'Action française* e Maurras, mas não esqueçamos que a A.I.B. foi criada só em 1932 e naquela época a influência d'*Action française* na extrema direita francesa ou europeia era muito menor do que na época quando o integralismo se formava em Portugal, e recuava ao "*fascismo cesarista*" de Benito Mussolini ou às ligas filofascistas como a *Croix-de-Feux* etc. A influência maurrassiana no Integralismo Lusitano é comprovável – antes de chegar aos aderentes do nacionalismo católico como eram Salazar ou Cerejeira, exerceu uma influência excepcional entre os aderentes da monarquia: em Portugal era Aires de Ornelas que escrevia primeiro sobre Maurras – no ano 1914²¹, mas na realidade a *Action française* foi descobrida pelos estudantes exilados nos anos de 1911/1912. Eles mesmos escreviam sobre essa descoberta – um dos livros mais conhecidos é do integralista Hipólito Raposo *Dois Nacionalismos*²².

Movimento integralista em Portugal

*No dizer de Hipólito Raposo,
a Monarquia ao morrer para o tempo,
logo ressuscitava para a luz da inteligência.*²³

A AF, o IL e a A.I.B são movimentos nascentes no contexto da crise geral que permeia toda a sociedade, naquela época de importantes *transições* sociais. Podemos enquadrar a criação d'*Integralismo Lusitano* na sequência de acontecimentos, que tinham sido deflagrados pelo *Ultimato* (1890) de maneira semelhante como o nascimento d'*Action française* pode ser enquadrado na sequência dos acontecimentos deflagrados pela derrota da França na guerra franco-prussiana (1870), dos quais fazia também parte *l’Affaire Dreyfus*. Assim as duas correntes ideárias se situam na posição de salvadores da identidade nacional contra influências estrangeiras funestas, contra a modernidade e a tradição do Iluminismo. De certa forma – isso se aplica não só a Portugal e a França – o maurrassismo e o integralismo lusi-

²⁰ Eugen Weber, *L'Action française*, Paris 1985, p. 73. A AF podia assumir também uma posição proeminente porque na esquerda os seus concorrentes (la Ligue antisemitique, la Ligue des patriotes, la Ligue de la patrie française) desapareceram, e também graças à extinção do realismo parlamentar.

²¹ Aires de Ornelas (1885–1930), autor do opúsculo *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa 1914.

²² Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos. L'Action française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa 1929.

²³ Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano, uma doutrina de ideias novas*, Lisboa 1991, p. 28.

tano podem ser percebidos como parte do pensamento apocalíptico moderno. Nas suas obras sentimos a atmosfera do medo, salvação, desintegração, decadência, exigência da renascença, ordem, recuperação do respeito às autoridades tradicionais, renovação da grandeza. O choque do ano de 1890 e das crises seguintes engendraram uma onda de literatura apocalíptica²⁴. A Espanha passou por uma crise assim em 1898 cuja expressão por excelência era a *Generación 98*. Em França os arautos da decadência nacional eram nomeadamente Barrès e Maurras.

Na sua obra *Faschismus in seiner Epoche* o historiador alemão Ernst Nolte dedica todo um capítulo à característica principal do pensamento de Maurras. Com o título propício “Medo como origem” Nolte mostra aqui o “sentimento básico” presente nas suas obras: “*esse sentimento essencial, presente até nas operações intelectuais mais finas é o medo*”²⁵. Tanto para os integralistas lusos como para os maurrassistas franceses a restauração monárquica era o acto de salvação – salvação do apocalipse próximo da anarquia.

Os integralistas lusos eram sobretudo estudantes da Universidade de Coimbra e até 1910 republicanos, mas a proclamação da República mudou completamente suas convicções e portanto já nos anos 1911–1912 pertenciam às fileiras do exército dos monarquistas de Paiva Couceiro, que levou as *incursões* da Galiza a Portugal. Sendo derrotados tiveram que partir para o estrangeiro – frequentemente para o exílio francês ou belga onde conheceram Maurras e a *Action française* e onde editavam os seus próprios jornais. E assim a denominação *Integralismo Lusitano* emanou no estrangeiro²⁶. Há até quem considere esse momento como o próprio nascimento do movimento. Foi naquela época que entraram em contato com *l’Action française* tradicionalista e ultra-direitista. Depois da amnistia em 1914 voltaram para o país e aí se juntaram com os “colegas” locais e no mesmo ano começaram a publicar o jornal doutrinário *A Nação Portuguesa*²⁷. Para eles a nova República não era causa e símbolo só da crise política, económica e social mas também e sobretudo da crise religiosa – é que a filosofia positivista tornou-se na ideologia oficial dos governos republicanos e esses romperam relações não só com o Vaticano e a igreja católica mas também com as tradições nacionais. O desvio total dos valores e instituições nacionais tradicionais era para os novos movimentos emergentes na direita (integralistas, republicanos nacionalistas e nacionalistas católicos) um símbolo do apocalipse, da decadência e do mal.

²⁴ Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa 1996.

²⁵ Ernst Nolte, *Fasismus ve své epoše*, Argo, Praha 1999, p. 152.

²⁶ Em Lovaina era no ano 1913 fundado o jornal *A Alma Portuguesa*. Os participantes principais dele eram Luís de Almeida Braga, Domingos de Gusmão Araújo. O autor do termo “Integralismo Lusitano” era Almeida Braga.

²⁷ A actividade doutrinária dos integralistas tinha os seus precursores: no estrangeiro era Padre Mariotte (Amadeu de Vasconcelos) que pertencia aos meios eclesiásticos em torno de Maurras e *l’Action française*, em Portugal era jornal *Aqui d’El Rei* cujo autor era Leão Ramos Ascensão. Salientando a origem portuguesa do seu pensamento os integralistas referiam-se aos pensadores contra-revolucionários como por exemplo José da Gama e Castro, Sá de Miranda e outros.

Dos outros, os integralistas se distinguiram pela ênfase à restituição da monarquia: “*não restaurar a Monarquia em Portugal, mas restaurar Portugal pela Monarquia*” demandou o integralista preeminente António Sardinha. Se Maurras apelou para o *ancien régime*, António Sardinha não apelou para a monarquia que caiu em 1910, mas para aquela que caiu com D. Miguel em 1834:

*A República foi proclamada em 1820, ganhando raízes fortes pela corrupção, pela venalidade dos caracteres na aventura lastimável consumada em 1834.*²⁸

Até à Grande Guerra o *Integralismo Lusitano* era um agrupamento exclusivamente doutrinário que tinha carácter puramente académico. Isso colocava também nos subtítulos dos seus órgãos de imprensa: “*Revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades*” era o subtítulo do jornal *Alma Portuguesa*. Esse jornal se definiu nas suas próprias páginas em 1913: “*retomemos por cima do Romantismo e do Classicismo a velha e sempre nova tradição da Idade Média, tempo de fé e de entusiasmos onde vive integralmente a alma eterna de Portugal em todos seus impulsos e movimentos...*”. Sardinha, que nunca conheceu França, e cuja doutrina do iberismo colocou Portugal no contexto ibérico e atlântico e americano, e não no contexto exclusivamente europeu,²⁹ e quem não se considerando francófilo tinha que reconhecer a consanguinidade com AF: “*também a nós as Letras nos conduziram à Política*”. De maneira semelhante como no caso d’*Action française* ou no caso do integralismo brasileiro de Salgado, os pontos de partida do seu pensamento eram puramente académicos e não políticos. Nem Maurras nem Salgado ou Sardinha eram primariamente políticos, mas podiam contar com a participação e apoio dos grandes intelectuais dos seus países. Eles mesmos pertenciam a este meio: Maurras era jornalista, escritor, poeta e o chefe do movimento político de impressionante duração, Sardinha era poeta e escritor que se tornou monarquista pouco tempo depois da proclamação da república em 1910, Salgado era professor, jornalista, escritor, modernista – participante da *Semana da arte moderna*, que decidiu fazer política integralista activa depois do regresso da Europa em 1930. Em todos encontramos a ideia da “*nação desviada*” – do canal natural da história e identidade nacional. Para Maurras e Sardinha a salvação nacional vinha justamente da restauração da monarquia tradicional.

Pois como já foi dito o Integralismo Lusitano era originalmente um movimento apolítico intelectual, cujas teses principais apelavam para o ressurgimento nacional, para o achamento da identidade nacional. Stewart Lloyd-Jones recapitulou assim essa ideologia: “*the original integralist project was millerian, sha-*

²⁸ Jacinto Ferreira cita António Sardinha, In: Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa 1991, p. 14.

²⁹ António Sardinha sugeria aliança de todas as nações da Península Ibérica. No seu entender essa aliança seria liderada pelas monarquias espanhola e portuguesa. Na sua perspectiva a Aliança Peninsular seria a mais forte fundação onde assentaria a sobrevivência da civilização ocidental.

ring a common ancestry with many of the ethical revolutionnary movements that emerged throughout Europe during that period of heightened international tension (...).³⁰ O facto da filosofia integralista transcender agenda política convencional, ser ao mesmo tempo movimento cultural, estético ou filosófico e se definir como salvação da nação evidenciam as linhas seguintes, cujo autor é António Sardinha:

*Tais são as bases fundamentais da doutrina integralista. Diz-se integralista a nossa doutrina, porque a questão portuguesa se lhe apresenta em conjunto, debaixo de todos os seus aspectos. Não é exclusivamente o aspecto político que nos preocupa. Preocupam-nos com igual interesse o aspecto económico, o aspecto literário. Portugal é uma terra desnacionalizada nos costumes, desnacionalizada nas aspirações, que são nenhuma, desnacionalizada nos bandos que a conquistaram e dominam como coisa de pretos. É preciso restaurar Portugal. Por isso o regresso da Monarquia não tem que valer unicamente como uma restauração, mas, sobretudo como uma instauração (...).*³¹

Pois o integralismo podia – já na época da sua fundação – contar com o apoio e simpatia não só dos católicos, mas também das fileiras dos poetas de reputação,³² e filósofos ou pensadores³³. De maneira nenhuma era um movimento de massas aspirando às multidões. “Organizados a partir de 1914, os integralistas iniciaram a sua campanha na esfera cultural e foi neste terreno que se situaram, nos três primeiros anos da sua existência.”³⁴ Esta característica elitista significou uma inflexibilidade e falta da adaptabilidade e era característica do IL durante toda a sua existência. Apesar disso, o IL resolveu fazer política activa – isso se deu na época em que o país estava dividido na questão da entrada na Grande Guerra, e com a chegada de Sidónio Pais.

O desenvolvimento crítico da Grande Guerra levou à quantidade de momentos críticos que se tornaram visíveis justamente na época da guerra – o primeiro foi a ditadura de vários meses de Pimenta de Castro. O jornal integralista *Nação Portuguesa* começou a ser publicado pouco tempo antes da Grande Guerra e já em Janeiro de 1915 chegou ao “*movimento das espadas*”, que abriu a ditadura de Pimenta de Castro³⁵. Essa curta ditadura durou só poucos meses e tombou em Maio de 1915. A ditadura de Sidónio era apenas outra crise da república. Isso foi – sem exagerar – o clímax da política integralista e é provável que tenha sido tam-

³⁰ Stewart Lloyd-Jones, “Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, issue 1, March 2003, pp. 39–59.

³¹ André Ventura, *Integralismo Lusitano, subsídios para uma teoria política*, Dissertação (Mestrado em Direito) UC/FDUC, Coimbra, 2003, 95 págs., p. 4.

³² Afonso Lopes Vieira, António Correa de Oliveira, Teixeira de Pascoaes.

³³ Fernando Pessoa, Fidelino de Figueiredo, Alfredo Pimenta, Cabral de Moncada, Antero de Figueiredo, Malheiro Dias, Carlos Selvagem, João Ameal.

³⁴ Antonio Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914–1945*. Ed. Estampa, Lisboa 1994, pp. 27–28.

³⁵ No mesmo ano os integralistas apresentaram em público as suas teorias na Liga Naval em Lisboa. O tópico principal desta conferência era a Questão Ibérica.

bém a chegada de Rolão Preto de França a contribuir para isso. A ditadura de Sidónio – esse “*turning point*” da história portuguesa – durou só um ano e a sua consequência, a *Monarquia do Norte*, acabou já nos primeiros meses do ano de 1919.³⁶ Sidónio Pais possibilitou aos integralistas entrarem na política – sentavam-se no parlamento, ocupavam pastas e participavam na ideologia oficial do regime. De maneira semelhante a Salazar, também Sidónio se esforçou por uma revolução de cima: esforçou-se pela reconciliação nacional definitiva e por isso fundou o partido, que tinha intenção unir todos os Portugueses de “*boa vontade*”. A intenção dele era que os integralistas se tornassem em seu instrumento e eles – ao contrário – acreditavam que ele poderia ser o instrumento da sua doutrina: Nos seus discursos e também nas suas reformas políticas Sidónio revelou ideias parecidas com a ideologia integralista. Por isso Sardinha pôde dizer: “*Sidónio Pais está fazendo no País, uma demonstração interessante de Integralismo*”. Essa “*demonstração interessante*” era simplesmente a adoção de alguns aspectos do ideário integralista. Se à primeira república portuguesa faltava objetivos claros e constructivos, Pais não era na situação melhor. Por convicção republicana Sidónio quis introduzir a república prometida em 5 de Outubro 1910 – por isso pretendia o *renascimento da República* – e não a república cujo representante principal era Afonso Costa. Para ele os partidos republicanos da primeira república foram promotores da discordância nacional e decadência política, social e económica. Mas pouco tempo depois teve que afastar-se dos seus ideais originais, ou pelo menos teve que revê-los – pelas circunstâncias era forçado a aceitar o apoio dos monarquistas e católicos. Sidónio quis Portugal Novo – da mesma maneira como integralistas – mas a diferença não tinha prescrição. Só podia apostar no seu carisma pessoal e popularidade, e na política concreta tinha que emprestar ideias do ideário integralista. Os integralistas estavam conscientes disso e por isso convencidos que conseguiriam acomodar a república à sua imagem. Sardinha, como contra-revolucionário e tradicionalista, não acreditava na força do presidencialismo de Sidónio: “*é um absurdo por lhe faltar continuidade. Napoleão, apesar de genial, também caiu*”.³⁷ É uma questão se o Integralismo Lusitano conseguiria fazer introduzir a restauração monárquica no regime sidonista – em Dezembro de 1918 foi cometido o atentado contra Sidónio Pais e esse morreu em consequência disso. Os monárquicos ainda uma vez tentaram introduzir a monarquia em Portugal (1919), mas foram batidos: – nomeadamente no Norte, onde Paiva Couceiro estabeleceu a *Monarquia do Norte* mas foi vencido, e no Sul onde os monarquistas foram vencidos em 23 e 24 de Janeiro em Monsanto. A República foi re-estabelecida e para os integralistas começou um período novo – para mui-

³⁶ A derrota da Monarquia do Norte significou também a fuga dos integralistas para o estrangeiro ou o seu aprisionamento. Na política apareceram em 1916. Até ao afastamento de Gomes da Costa a sua presença na política do país é proeminente. Depois, as suas relações com a ditadura pioram rapidamente.

³⁷ João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito*, Livraria Bertrand, Lisboa 1978, p. 74.

tos deles iniciou o exílio (Espanha, França, Bélgica). Mas isso foi marcado pelo seu doutrinário estreito, incapacidade de entrar em coligações. Ainda por cima, em 1919 deu-se a separação com D. Manuel II e a passagem ao apoio de D. Nuno Duarte de Bragança, da linha legitimista da dinastia.

Os integralistas não conseguiram aproveitar o sidonismo em seu favor – não estavam dispostos a compromissos com a república e o parlamentarismo. Encontraram-se face às seguintes alternativas: ligar-se ao regime que se assemelhava ao ideário integralista em muitos aspectos, mas rejeitava a ideia da restauração monárquica, ou manter a sua doutrina original e rejeitar a colaboração com o regime. Esse dilema se repetiu com Salazar – na verdade era um beco sem saída – e levou à divisão do IL entre os “*puros*” que rejeitaram o salazarismo de maneira semelhante como outrora rejeitaram *República Nova* de Sidónio, e outro grupo que se dispunha a abandonar a ideia da monarquia e juntou-se à república fascizante, antiparlamentar e antidemocrática. Um dilema semelhante se punha à direita maurrassiana francesa e aos integralistas brasileiros. Os doutrinários ortodoxos tiveram que partir do país (Plínio Salgado) ou afastar-se para o sub-mundo político (Maurras, integralismo).

O dilema ao qual o integralismo estava exposto durante o sidonismo se repetiu durante o salazarismo. A primeira geração dos integralistas não sucumbiu à sedução salazarista, rejeitou as *tentações do compromisso* do Estado Novo e manteve a pureza doutrinária.³⁸ Isso já não pode ser dito sobre a segunda geração.³⁹

Os membros do IL vinham do ambiente universitário, eram sobretudo estudantes da Universidade de Coimbra. Nos seus inícios o IL não tinha a característica dum partido, e apresentava-se – à semelhança da AF – como um movimento cultural-ideológico que se esforçava pela integração nacional, lutava contra o liberalismo, parlamentarismo, ou mais tarde contra o comunismo. O IL nunca teve uma estrutura partidária sólida e disciplinada, como os partidos de massas naquela altura emergentes. Neste aspecto o IL não se adaptou ao seu tempo tanto como AF ou A.I.B. (os dois entraram na política de massas). Assim o IL ficou mais e mais enfraquecido: das massas sentia desconfiança, quanto à doutrina não era capaz de concessões, e faltava-lhe o potencial da coligação. A esses factores juntaram-se outros: discordâncias internas e secessão da *Acção Tradicionalista Portuguesa*⁴⁰ em 1921, morte do cérebro dirigente Sardinha em 1925 e crescimento dos movimentos concorrentes e partidos da direita⁴¹. Um pouco mais

³⁸ Os que fundaram IL e seus primeiros órgãos de imprensa (*Nação Portuguesa* e outros): José Hipólito Raposo (1885–1953), Luís de Almeida Braga (1890–1970), Francisco Rolão Preto (1893–1977), Alberto de Monsaraz (1889–1959), António Sardinha (1888–1925).

³⁹ Por exemplo Manuel Múrias (1900–1960), Rodrigues Cavalheiro (1902–1984), Marcello Caetano (1906–1980), Teotónio Pereira (1902–1972).

⁴⁰ Esta discordância era consequência da variedade em relação à família real, à política estrangeira, à questão da restauração da monarquia etc. A *Acção Tradicionalista Portuguesa* mudou em 1923 o seu nome para *Acção Realista Portuguesa* liderada por Alfredo Pimenta.

⁴¹ O Nacionalismo católico era um pouco mais velho do que o integralismo, e o nacionalismo republicano emergiu mais tarde. O primeiro era inspirado pelas encíclicas do papa Leão XIII. A sua

tarde foi o sindicalismo nacional (*Movimento Nacional Sindicalista*, N/S) que se separou do IL, e além de tudo isso, o salazarismo conseguiu ganhar muitos integralistas que ingressaram nas suas estruturas – a *União Nacional*.⁴²

O Integralismo Lusitano já não podia existir como uma organização ou partido fora das estruturas do Estado Novo. Salazar – aliás como Vargas no Brasil – proibiu a seguir os partidos políticos fora da *União Nacional*. O sindicalismo nacional tornou-se na única alternativa ao *status quo* do Estado Novo, e cujo chefe era o antigo integralista Francisco Rolão Preto⁴³, e em cujas fileiras se encontravam alguns antigos integralistas. Mas o movimento N/S teve já outros objetivos para além da restauração da monarquia tradicional. Integralismo como movimento organizado já não existia.

Para os intelectuais integralistas o papel crucial foi desempenhado não só pela restauração monárquica mas também pela cooperação com a igreja católica – essa era tradicionalmente um apoio da monarquia em si. Todos os membros do IL eram católicos e viam o catolicismo como parte integral da nação portuguesa, e que deveria fazer parte das suas instituições. Uma cooperação semelhante pode ser encontrada na A.I.B. da qual ainda vamos falar, e até ao ano de 1926 também na AF (*condemnation d'Action française*). Para a difusão do discurso integralista luso as relações com o catolicismo eram cruciais. Além de reforçar o integralismo e a sua causa, os católicos forneceram legitimidade para o discurso anticomunista e o antimacónico naquela época propagandeados. Mas o Integralismo Lusitano não foi formado só por católicos – temos que ter em conta que na época do final da *Grande Guerra* as doutrinas nacionalistas apareciam por toda a Europa, e os integralistas se apresentavam como os salvadores da pátria na crise.

Integralismo Brasileiro

O movimento integralista brasileiro nasceu muito mais tarde do que o português. Isso é – além do facto de que apareceu no continente americano e não na Europa – muito importante. Ainda que o Brasil tenha sido a única monarquia americana, e ainda que a igreja católica tenha tido aqui uma posição muito importante, não podemos compará-la nesse aspecto com Portugal. O Brasil era um país para

expressão era o *Partido Nacionalista* (a partir de 1903) – com a chegada da ordem republicana era dissolvido mas renovado já em 1917–1918: naquela altura os seus exponents principais eram Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar. A outra corrente alcançou o seu apogeu sob o sidonismo e a república restaurada (1918–26); os seus representantes principais eram Ricardo Severo, Mayer Garção, João de Barros, Severo Portela, jornal *Terra Portuguesa*, Cunha Leal, Brito Camacho.

⁴² Segundo a entrevista com Rolão Preto para Salazar isso não seria grande problema: “Voltemos às suas relações com o Salazar. Os integralistas sentiam-se identificados com ele – ou ele com vocês? – Não é bem assim. Há sempre um grupo monárquico que tem esperanças que Salazar faça a monarquia. E ele não a faz. Não dizia que sim, nem que não. Ia-os iludindo, servia-se deles ...” João Medina, *Salazar o os Fascistas*, Livraria Bertrand, Lisboa 1978, p. 161. Essa herança se manifestou nomeadamente no facto que N/S herdou toda estrutura da organização de IL mas também no simbolismo do N/S como por exemplo Cruz de Cristo que antes era símbolo de IL.

⁴³ Durante o regime salazarista Rolão Preto foi varias vezes exilado. Geralmente se exilou na Espanha, onde colaborava com José António Primo de Rivera, depois da Segunda Guerra Mundial ligou-se com a oposição democrática, nos anos 70 tornou-se presidente do Partido Popular Monárquico.

o qual a independência de Portugal tinha uma importância eminente, mesmo depois de ser adquirida a independência política (1822). A monarquia era uma instituição percebida no Brasil como “portuguesa”. A questão da influência nefasta portuguesa não desapareceu nem após 1822 nem após 1889 e até no século XX a aversão aos Portugueses e Portugal fazia parte do nacionalismo popular que se opunha contra tudo o que era português.⁴⁴ Mesmo assim o Brasil recebeu sempre influências estrangeiras. Eram visíveis sobretudo na economia do país, mas também na arte, cultura e política. Pois a sociedade brasileira – apesar de esforço consciente dos segmentos intelectuais – continuava a ser influenciada pelas correntes intelectuais e culturais procedentes da Europa. A mudança deu-se só no início do século XX – marco histórico que o Brasil conheceu na obra *Os sertões* d’Euclides da Cunha – obra que chamou atenção para o interior do país e para a identidade nacional. A partir desse momento os intelectuais brasileiros tomaram conta da sua alienação do país, dos seus compatriotas no interior e das raízes da “brasilidade”. Aí, antes da Guerra Grande começou a transformação das “*couches intellectuelles européanisées*”.⁴⁵ O sociólogo Alberto Torres e o escritor Monteiro Lobato eram também precursores do nacionalismo brasileiro, que tanto inspirou – na época entre-guerras – Plínio Salgado. Aí, em algum lugar entre da Cunha, Torres e Monteiro Lobato, encontram-se as raízes do nacionalismo de Salgado.

De maneira semelhante como no caso d’*Action française*, o integralismo brasileiro era obra de um homem – *homem de missão*. Os dois movimentos eram originalmente culturais-literários ou culturais-filosóficos e os dois se concentraram em torno de um “mestre”. Maurras ficou sempre o intelectual que produzia livros e artigos até a sua morte (até na prisão, já como ancião escrevia os seus livros nos quais defendia a ideologia da AF). Ele era o chefe d’*Action Française*, anunciador da nova monarquia e a partir de 1940 ideólogo oficial do regime de Vichy, mas nunca tentou candidatar-se a presidente da República, e nunca esboçou um golpe do Estado. Plínio Salgado assemelha-se a Maurras no início da sua carreira, ainda como jornalista, membro do P.R.P., escritor-modernista e revolucionário da estética brasileira, autor do romance *O estrangeiro* (1926) e dos ensaios reunidos sob título *Literatura e Política* (1927). Daquela época vem a sua frase, que poderia ser facilmente atribuída a Maurras ou Sardinha: “*Meu primeiro manifesto foi um romance.*”⁴⁶ Se Georges Valois abandonou a AF dizendo “*Maurras*

⁴⁴ O nacionalismo brasileiro não tinha só uma dimensão, além do elemento cultural, literário e econômico continha um elemento anti-imperialista (por exemplo na obra de Alberto Torres), um elemento forte anti-português (apesar do facto do Brasil ter conseguido a independência de Portugal em 1822) – ainda na época antes da Grande Guerra o nacionalismo anti-português no Brasil era muito forte. Jornais do nacionalismo anti-português eram comuns (*Revista Brasil, Brasileira*) e os movimentos também (Ação Social Nacionalista, Liga da Defesa Nacional). Todos esses factores desempenhavam um papel importante na ideia integralista do Chefe. Além deles, também a glorificação das virtudes militares e civis. Todos esses elementos ficaram ainda mais intensos nos anos 20 graças ao modernismo e seu nacionalismo.

⁴⁵ Héglio Trindade, *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988, p. 25.

⁴⁶ Plínio Salgado, *Despertemos a Nação*, São Paulo 1932, p. 5.

n'est pas un Chef", expressando assim a incapacidade da AF de complementar as suas teorias por um golpe de Estado *à Mussolini*, Plínio Salgado tornou-se "*Chefe Nacional*" (denominado assim a partir de 1932 e nessa função confirmado ainda no 1º Congresso da A.I.B. em Vitória/ES em Fevereiro de 1934) e mais tarde candidatou-se nas eleições presidenciais. Aqui encontramos diferenças entre os dois *chefes* – a ação! Neste aspecto Maurras assemelha-se muito mais aos integralistas lusos. Outro marco de diferença é a relação com a monarquia. Enquanto no caso de Maurras a restauração da monarquia deveria ser complemento das transformações da sociedade (o que pode ser dito também do IL) e resolução da decadência nacional, a A.I.B. nasceu como resultado da carreira de Plínio Salgado depois da sua viagem pela Europa, depois da experiência dele com as ditaduras europeias. Salgado era intelectual, pertencia à vertente nacionalista (junto com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo) da *Semana da Arte moderna* em 1922, era membro do Partido Republicano Paulista, no ano 1930 vivia na Europa e em 1932 fundou a A.I.B. De passagem, refira-se que esse ano foi o ano em que o *Movimento Nacional Sindicalista* foi fundado em Portugal por Rolão Preto, como alternativa ao Estado Novo nascente.

Nascido nos anos noventa do Século XIX Salgado pertence à geração que se esforçava por mudar o status quo ideológico, separar-se definitivamente da tradição revolucionária, rejeitar o liberalismo em nome do nacionalismo, concepção orgânica do estado, ideologia autoritária também na Europa – a essa categoria pertencem também Hitler, Mussolini, em Portugal o Integralismo Lusitano ou António de Oliveira Salazar, na França fascistas como Pierre Drieu La Rochelle, Robert Brasillach (e antes deles Maurice Barrès ou Charles Maurras), no Brasil junto com Salgado também Gustavo Barroso e Miguel Reale.

Porque no início da sua existência a A.I.B. – como é também o caso do Integralismo Lusitano – era de origem universitária (formada por grupos de estudantes das universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo) não tinha características de partido, apresentava-se na mesma maneira como os integralistas lusos – como movimento cultural-ideológico cujo objectivo era a integração nacional brasileira, lutando contra comunismo e liberalismo, os acusando da responsabilidade da crise política e económica do país.

O movimento integralista brasileiro originou-se em 1932 com a publicação do *Manifesto de Outubro de 1932* onde já aparece o nome *Ação Integralista Brasileira*. Nascido na época entre-guerras, o movimento era marcado pela consciência da crise política, económica e ideológica mundial, envolvendo a ascensão dos movimentos totalitários, a crise do liberalismo e o avanço do comunismo. O manifesto foi o primeiro documento no qual o movimento se apresentou ao público brasileiro. Todo o documento era organizado e publicado pelo *Chefe Nacional* – Plínio Salgado.

Tal como no caso do movimento integralista português, a A.I.B. professava a luta contra o liberalismo, comunismo, maçonaria, judaísmo, e requeria um estado forte com a proposta do fim das fronteiras regionais e a construção de uma

nação integral baseada nos valores cristãos, que seria governada pelo Chefe Nacional do movimento: Plínio Salgado.⁴⁷

O seu discurso tinha como ponto central as palavras de ordem “*Deus, Pátria e Família*”, lema que encontramos também no discurso do Integralismo Lusitano mais tarde usado também por Salazar, lema que – como nos lembram salazarofilos franceses⁴⁸ – tem semelhanças evidentes com o lema do marechal Pétain “*Travail, Famille, Patrie*”. Ao contrário do *Integralismo Lusitano*, a A.I.B. defendia a manutenção do regime republicano no território brasileiro. Ao mesmo tempo contrariava qualquer influência do exterior e por isso criticava a história brasileira tanto imperial (1822–1889) como colonial (1500–1822), porque naquela época o Brasil era governado por estrangeiros – nomeadamente pelos Portugueses com os quais Brasil mantinha fortes relações de apreciação cultural. Apesar de tudo isso também fazia parte do integralismo brasileiro o movimento monarquista brasileiro dito *patrianovista*, que professava a restauração da monarquia no território nacional. Uma das principais figuras do *Movimento Patrianovista* era Manuel Lubambo⁴⁹.

Neste fragmento do *Manifesto de Outubro de 1932*, podemos observar a posição em relação às influências estrangeiras no Brasil:

*Urge um movimento nacional, enérgico. No entanto, nós, camisas-verdes, começamos por protestar, veementemente, contra o crime de alta traição que será toda e qualquer homenagem ao falecido Maurício de Nassau. (...) (...) Se essa homenagem se realizar, fica patente que somos um povo de escravos. Um povo sem memória. Um povo sem brio. Um povo sem dignidade. Um povo ingrato. Um povo cruel. Um povo que só está a espera do chicote estrangeiro, venha da Rússia soviética, venha do imperialismo banqueiro, que secretamente está ligado ao comunismo russo.*⁵⁰

Segundo o historiador Héglio Trindade (1979) toda a contrução ideológica do *Chefe Nacional* começou a tomar forma já nos anos 20, na época literária de Salgado quando este era ainda membro do *Partido Republicano Paulista* (P.R.P.). Naquela época a colaboração do Salgado–escritor com alguns jornais (por exemplo *Correio Paulistano*) ajudaram à expansão e propaganda nacionalista do intelectual que – logo depois – deixou as páginas dos jornais locais para propagandear-se nacionalmente e fundar a A.I.B., como primeiro partido de massas das ações nacionais no Brasil.

A experiência de Salgado com o modernismo começou já antes do ano de 1922, mas foi apenas a *Semana da Arte Moderna* que teve um significado decisivo e marcou outra fase na vida do futuro Chefe Nacional. Logo depois o moder-

⁴⁷ Ação Integralista Brasileira. Manifesto de Outubro de 1932.

⁴⁸ Por exemplo Henri Massis ou Jacques Ploncard d’Assac.

⁴⁹ Vários indícios encontrados em fontes primárias nos mostram a relação entre os patrinovistas e Manuel Lubambo.

⁵⁰ *Revista Fronteiras*. Recife, Junho de 1936, p. 15.

nismo se bifurcou em várias – frequentemente disarmônicas – correntes. Amoroso Lima as classificou como: 1. primitivista, 2. dinamista, 3. mística, 4. nacionalista, etc.⁵¹ Salgado se encontrou logo na corrente nacionalista (que estava ligada ao grupo Verdamarelista) junto com os outros modernistas – Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo.

Depois de dois anos de polêmicas modernistas de Verdamarelismo, resolveu “*optar pela ação*” – investigar a profundidade da vida brasileira e os seus problemas: assim foi fundado o grupo “*Anta*” (uma espécie de asa esquerda do Verdamarelismo). Naquela época Salgado acreditava que o nacionalismo do Verdamarelismo era “*excessivamente exterior*” enquanto que o que era preciso seria um “*nacionalismo interior, intuitivo*”. Nesta “*revolução d’Anta*” começou o estudo de Salgado das raízes nacionais – o que lhe possibilitou elaborar a idéia da nova raça, com base numa componente étnica comum ou composta.⁵² Salgado admitia a possibilidade que “*essa unidade racial será baseada no elemento indígena: todas as raças estrangeiras que viram para o Brasil terão em ‘tupi’ uma espécie de ‘denominador comum’*”.⁵³ Segundo Salgado o Novo Mundo estava destinado a “*ser uma grande pátria da raça harmônica que é resultado do cruzamento de todas as raças*”. Salgado mesmo confessou as origens do seu pensamento quando disse que o “*mistério da unidade nacional me penetrou depois de ter estudado línguas indígenas. Naquela época lia Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. A política despertou no escritor*”.⁵⁴ Portanto, pode-se dizer que na educação de Plínio Salgado as letras tinham um significado maior do que a política tradicional.

Como o IL em Portugal, a A.I.B. no Brasil encontrou o principal apoio – pelo menos na época da sua fundação – nas universidades. Como no caso do IL, os discursos da A.I.B. giravam em torno do lema “*Deus, Pátria, Família*” – e não só nos grandes centros urbanos como São Paulo ou Rio de Janeiro, mas também no Nordeste e no Sul (Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul etc.). Os centros da A.I.B. eram frequentemente Faculdades de Direito. Essas “*asas*” do A.I.B. declaravam a sua solidariedade com a A.I.B. e reconheciam Plínio Salgado como *Chefe Nacional*. Assim a A.I.B. tornou-se no primeiro partido verdadeira-

⁵¹ Os “primitivistas” eram inspirados pelos temas da população indígena brasileira, os “dinamistas” professavam só culto do “movimento”, “velocidade” ou “progresso técnico e material”, a corrente “mística” segundo Amoroso Lima introduziu elementos espirituais ao modernismo, era herdeiro do “simbolismo espiritual”, os “nacionalistas” – ao contrário – queriam a nacionalização da literatura também com base em tópicos brasileiros, indígenas, de folclore, e rejeitavam influências europeias.

⁵² Uma das diferenças principais entre A.I.B. e IL – os integralistas lusos não precisavam inventar “raça lusa” – a tradição literária, intelectual, a mitologia nacional continha já tudo isso.

⁵³ P. Salgado, *Despertemos à nação*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1935, pp. 36, 37. A evolução histórica do Brasil, com a mistura de nações e raças, na verdade impossibilitava o racismo no sentido “biológico” como era professado pelo Chamberlain ou Gobineau na Europa, nomeadamente na Alemanha. No Brasil o termo “raça” era percebido primeiramente no sentido espiritual, cultural ou civilizador. Definição parecida encontramos também na Europa em António Sardinha ou em Charles Maurras.

⁵⁴ Idem, pp. 12–13.

mente nacional na história do Brasil. A existência da A.I.B. estende-se nos anos 1932–1937. Tendo aspectos mais pró-fascistas do que o IL, e assim mais próximo ao *Movimento Nacional Sindicalista* de Rolão Preto, ameaçava ditadura de Getúlio Vargas do mesmo modo como N/S a ditadura salazarista em Portugal. Em Portugal os políticos da direita ou esquerda tiveram duas possibilidades – entrar na *União Nacional* ou ficar na dissidência, exílio etc. A mesma opção tiveram os políticos no Brasil – sendo proibida a A.I.B. (1937), Plínio Salgado teve que exilar-se ... a Portugal (caso parecido com Humberto Delgado – Português que se exilou no Brasil).

Conclusão

Estudando os dois movimentos integralistas encontramos muitas semelhanças – relativamente muitas durante toda a existência dos dois. Os dois tem origem universitária e os dois encontram um apoio maneiro justamente nas universidades, entre os estudantes. A política integralista era sobretudo resultado da filosofia política, crítica literária, sociologia, tradicionalismo, antiliberalismo acadêmico e a repugnância contra a decadência geral. O catolicismo e a hierarquia eclesiástica desempenhavam um papel chave nas duas doutrinas. A atividade política era – nos dois movimentos – apenas o culminar da atividade original teórica e doutrinária. O Integralismo Lusitano originou-se parcialmente no estrangeiro, em 1914 com a publicação da revista *Nação Portuguesa*, e entrou na política ativa só no ano de 1916, atingindo o seu apogeu nos anos 1917–1918 sob a ditadura de Sidónio Pais. Ainda que a influência do IL não se tenha atenuado de maneira nenhuma, depois do ano 1918 o IL voltou à sua atividade teórica e a sua atuação política já nunca foi tão destacada. Depois da Grande Guerra e da morte de Sidónio Pais, o IL sofreu uma crise, mas – apesar de ter começado a apoiar o ramo legitimista da dinastia de Bragança – permaneceu um dos suportes mais importantes da ideia monárquica no país. Apesar disso, conseguiu estabelecer uma rede das suas organizações em todo Portugal, e influenciou a política portuguesa pelo menos até 1933. Uma parte dos integralistas passou para o N/S (liderados pelo Alberto de Monsaraz e Rolão Preto). O IL sempre esperou a restauração da monarquia por Salazar até ao ano de 1951 (ano do Chefe do Estado oficial, Óscar F. Carmona), que simbolizou o final das ilusões.

No Brasil os integralistas também saíram das universidades, mas ali o surgimento do integralismo é muito mais ligado à ideologia dum só homem. Porém, a ideologia da A.I.B. não se difere tanto no conteúdo como nos objectivos – enquanto A.I.B. e IL ficam de acordo quanto ao corporativismo, antiparlamentarismo, tradicionalismo, protecção da identidade nacional, organização hierárquica da sociedade, e sociedade organizada na base do cristianismo católico, a A.I.B. não tem como objectivo nem a restauração do Império tradicional (na verdade a monarquia tradicional nunca existiu no Brasil) nem a instalação de uma organização medieval da sociedade (na A.I.B. seria entendido de modo diferente do IL). Apesar do facto da A.I.B. colaborar com os monarquistas brasileiros e Plínio Salgado com os integralistas lusos (na altura do seu exílio português), a A.I.B.

apelando para as classes médias (na época uma camada nova na sociedade brasileira) se diferia do IL que – ao contrário – apelava nomeadamente para as velhas elites. Deste ponto de vista a A.I.B. assemelha-se às ligas pre-fascistas europeias e ao N/S português. Ao mesmo tempo, a ideologia dos dois movimentos dispunha dum elemento contra-revolucionário e da ênfase na identidade nacional.

(Escrito em português pelo autor)

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA DA CRUZ, M., *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa 1986.
- COSTA PINTO, A., *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914–1945*, Ed. Estampa, Lisboa 1994.
- FEITEIRA CAVALARI, R. M., *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932–1937)*, EDUSC, São Paulo 1999.
- FERREIRA, J., *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa 1991.
- GALLAGHER, T., “Conservatism, dictatorship in Portugal, 1914–45”, in: Martin Blinkhorn, *Fascist and Conservatives*, London 1990.
- GRIFFITH, R., “Fascist or Conservative? Portugal, Spain and the French Connection”. *Portuguese Studies*, vol. 14, 1998, pp. 139–151.
- LLOYD-JONES, S., “Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles”, in: *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, November 2001.
- MEDINA, J., *Salazar e os Fascistas*, Lisboa 1978.
- MEDINA, J., *O Congresso fascista em Montreux (1934)*, Lisboa 1979, pp. 187–193.
- MOSSE, G. L., *The Crisis of German Ideology, Intellectual origins of the Third Reich*, Howard Fertig, New York 1981.
- NOLTE, E., *Fašismus ve své epoše*, Argo, Praha 1999.
- PAULO, H., *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra 2000.
- PAULO, H., *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil, O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra 1994.
- PINTO COELHO, M. T., *Apocalipse e Regeneração*, Edições Cosmos, Lisboa 1996.
- RAPOSO, H., *Os Dois Nacionalismos*, Lisboa 1929.
- SALGADO, P., *Despertemos à Nação*, Rio de Janeiro 1935.
- SALGADO, P., “Manifesto de Outubro 1932”, in: *Revista Fronteiras*, São Paulo 1936.
- STERNHELL, Z., *La Droite révolutionnaire 1885–1914, Les origines françaises du fascisme*, Paris 1998.
- STERNHELL, Z., *Ni Droite ni Gauche, L'idéologie fasciste en France*, Paris 2000.
- TENORIO LUNA VRBATA, A., “La Philosophie maurrassienne et les modalités du fascisme au Portugal”, in: *KIAS Papers Yearbook* (ed. Jan Klíma), Faculty of Humanities, University of Hradec Králové, 2006.
- TRINDADE, H., *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988.
- TRINDADE, H., *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, São Paulo 1974.
- VASCONCELOS, G., *Ideologia curupira. Análise do discurso integralista*, Editora brasiliense, São Paulo 1979.
- VENTURA, A., *Integralismo Lusitano, subsídios para uma teoria política*. Dissertação (Mestrado em Direito) UC/FDUC, Coimbra 2003.
- WEBER, E., *L'Action française*, Paris 1985.